

2º ADITIVO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, DA NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

Preâmbulo

Pelo presente instrumento, (i) NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A., sociedade por ações com sede e foro na Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Elias Agostinho, 665, sala E-102, Imbetiba, inscrita no CNPJ sob o nº 04.668.779/0001-79, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”); e (ii) representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (os “Debenturistas”), PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (o “Agente Fiduciário”), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente 2º Aditivo à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A. (o “Aditivo”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

Considerando

Considerando que, a Emissora e o Agente Fiduciário celebraram, em 16 de novembro de 2001, a Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, da NovaMarlim Petróleo S.A., a qual foi aditada em 13 de dezembro de 2001 (a “Escritura”);

Considerando que, em decorrência das deliberações tomadas na Assembléia Geral de Debenturistas realizada em 14 de janeiro de 2002, as partes desejam alterar os itens 4.1.6, 4.2, 4.2.1, 4.2.2 (a), 4.6.1, 8.6, 8.7, 11.2 e o Anexo I da Escritura; e

Considerando que a Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de janeiro de 2002 aprovou as alterações aos itens 4.1.6, 4.2, 4.2.1, 4.2.2 (a), 4.6.1, 8.6, 8.7, 11.2 e ao Anexo I da Escritura;

têm as partes entre si justo e acordado celebrar o presente Aditivo que se regerá pelas cláusulas a seguir estipuladas:



Cláusula I. Alteração de Cláusulas da Escritura

1.1 O item 4.1.6 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“4.1.6. Prazo de Vencimento. O prazo de vencimento das Debêntures será de 90 (noventa) meses a contar do dia 15 de dezembro de 2001, ou seja, dia 15 de junho de 2009.”

1.2 Os itens 4.2, 4.2.1 e 4.2.2 (a) da Escritura passarão a vigorar com a seguinte redação:

“4.2. Remuneração. A partir da data da efetiva subscrição das Debêntures, ou seja, 21 de dezembro de 2001 (a “Data de Subscrição”), as Debêntures farão jus à remuneração composta de (i) juros e (ii) um prêmio variável na forma do item 4.2.1 abaixo (“Remuneração”). A Emissora pagará a Remuneração semestralmente, sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, até 15 de junho de 2009 (cada uma dessas datas, a “Data de Pagamento de Remuneração”). A Remuneração a ser paga em relação ao 1º (primeiro) semestre, em 15 de junho de 2002 será calculada pro-rata temporis a partir da Data da Subscrição.

4.2.1 Forma de Cálculo. A Remuneração será calculada a partir da Data de Subscrição.

(a) A Remuneração será composta de:

(i) Juros, calculados de acordo com a Taxa ANBID (conforme definida no item 4.2.2 abaixo), capitalizada proporcionalmente pelos respectivos sub-períodos de vigência da mesma; e

(ii) Prêmio, na forma do parágrafo único do Artigo 3º da Decisão-Conjunta nº 7, editada em 23 de setembro de 1999 pela CVM e pelo Banco Central do Brasil, o qual será calculado exponencialmente por dias decorridos desde a Data de Subscrição, variando de acordo com a variação do preço do petróleo tipo Brent-Datado publicado pela Platt's Crude Oil (“Brent”) no período considerado.

(b) Para fins de cálculo do prêmio mencionado no item 4.2.1(a)(ii), o Conselho de Administração da Emissora deverá comparar sempre nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano e até 15 de junho de 2009 (i) o preço estimado do Brent naquela

data para o período em referência (o "Preço Estimado do Brent") e (ii) a média diária dos preços do Brent praticados no mês imediatamente anterior ao mês da data do cálculo (o "Preço Efetivo do Brent"). A Remuneração a ser paga em relação ao 1º (primeiro) período será calculada pro rata temporis a partir da Data de Subscrição.

(i) O Preço Estimado do Brent para os períodos semestrais encerrados a partir de dezembro de 2001 até junho de 2009, bem como suas variações percentuais, será aquele descrito na tabela abaixo:

Período (semestres)	Variação Negativa de, no mínimo, 18%	Preços Estimados do Brent (U.S.\$/bbl)	Variação Positiva de 18%	Variação Positiva de, no mínimo, 36%
	Taxa ANBID + 0%	Taxa ANBID + 1,5%	Taxa ANBID + 3,5%	Taxa ANBID + 5%
Dez/2001	15,56	18,98	22,40	25,81
Jun/2002	15,82	19,29	22,77	26,24
Dez/2002	16,08	19,61	23,14	26,67
Jun/2003	16,33	19,92	23,51	27,09
Dez/2003	16,59	20,23	23,88	27,52
Jun/2004	16,54	20,17	23,80	27,43
Dez/2004	16,48	20,10	23,72	27,34
Jun/2005	16,43	20,03	23,64	27,25
Dez/2005	16,37	19,97	23,56	27,15
Jun/2006	16,32	19,90	23,48	27,06
Dez/2006	16,26	19,83	23,40	26,97
Jun/2007	16,21	19,77	23,32	26,88
Dez/2007	16,15	19,70	23,25	26,79
Jun/2008	16,10	19,63	23,17	26,70
Dez/2008	16,04	19,57	23,09	26,61
Jun/2009	15,99	19,50	23,01	26,52

(ii) Após a determinação das variações percentuais do Preço Estimado do Brent para os respectivos períodos conforme o item 4.2.1(b)(i), o cálculo da parcela do prêmio da Remuneração deverá ter como referência os 4 (quatro) níveis descritos abaixo, sendo que, em qualquer hipótese, a Remuneração não poderá ser inferior à taxa de juros, i.e., à Taxa ANBID. O prêmio não poderá, em hipótese alguma, exceder a 5% (cinco por cento) ao ano. A Remuneração será a seguinte:

(A) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 18% (dezoito por cento) inferior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, com prêmio de 0% (zero por cento);



(B) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for equivalente ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao ano;

(C) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for 18% (dezoito por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano; e

(D) se, na data do cálculo, o Preço Efetivo do Brent for, no mínimo, 36% (trinta e seis por cento) superior ao Preço Estimado do Brent, a Remuneração deverá ser a Taxa ANBID, acrescida de prêmio de 5% (cinco por cento) ao ano.

(c) Se a diferença entre o Preço Efetivo do Brent e o Preço Estimado do Brent não corresponder aos preços exatos determinados para os respectivos períodos de acordo com o item 4.2.1(b)(i), o cálculo do prêmio que compõe a Remuneração deverá utilizar uma interpolação linear simples.”

4.2.2 (.

(a) o “período de capitalização” é o período semestral de Remuneração. Não obstante, o primeiro período de capitalização iniciar-se-á excepcionalmente na Data da Subscrição e terminará na primeira Data de Pagamento da Remuneração, ou seja, em 15 de junho de 2002. Os demais períodos de capitalização iniciar-se-ão na última Data de Pagamento da Remuneração ocorrida e terminarão na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, sucessivamente sem solução de continuidade.”

1.3 O item 4.6.1 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“4.6.1. Pagamento do Principal. O valor do principal das Debêntures será pago em 15 (quinze) parcelas semestrais iguais, sendo a primeira paga em 15 de junho de 2002, e as parcelas subsequentes a cada 6 (seis) meses contados da data de pagamento da parcela anterior. O primeiro pagamento da Remuneração será calculado pro rata temporis desde a Data de Subscrição até a Data de Pagamento de Remuneração.”

1.4 O item 8.6 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“8.6.1. Publicidade. Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Jornal do Commercio e na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil.



8.6.2. Endereçamento. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NovaMarlim Petróleo S.A.

Avenida República do Chile, 65 – sala 401-C

20035-900 Rio de Janeiro - RJ

Fax: (21) 2262-3677

At.: João Carlos de Medeiros Ferraz

Para o Agente Fiduciário:

Planner Corretora de Valores S.A.

Avenida Paulista, 2.439 – 11º andar

01311-300 São Paulo – SP

Tel.: (11) 3061-9444, ramais 459/467/472

Fax: (11) 3060-9575

At: Departamento Agente Fiduciário

E-mail: agfiduciario@planner.com.br

Quando aplicável:

Para o Banco Mandatário e Depositário.

Banco Itaú S.A.

Rua Boa Vista, 185 – 6º andar

01014-001 São Paulo – SP

Tel.: (11) 237-5518

Fax: (11) 605-1090

At.: Srta. Ivonete Ramos de Moura

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela parte que tiver seu endereço alterado.”



1.5 O item 8.7 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“8.7. Remuneração. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) Parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2002 e as demais nas mesmas datas dos anos seguintes, até o Prazo Final das Debêntures, ou seja, em 15 de junho de 2009.

(b) No ano de 2009, ano de vencimento da Debênture, será devida uma parcela correspondente a meio ano de serviços prestados, que será de 50% (cinquenta por cento) do valor da última parcela, paga em 15 de dezembro de 2008. Esta parcela será paga na data do Prazo Final das Debêntures, ou seja, em 15 de junho de 2009.

(c) As parcelas referentes aos itens “(a)” e “(b)” acima serão atualizadas anualmente de acordo com a variação do IGP-M acumulado no respectivo período.

(d) A remuneração será acrescida dos impostos ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

(e) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem reembolsadas pela Emissora, mediante apresentação das faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes.”

1.6 O item 11.2 da Escritura passará a vigorar com a seguinte redação:

“11.2. Foro. Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

1.7 Alterar a definição do termo “Contrato de Consórcio” constante do Anexo I à Escritura, que passará a vigorar com a seguinte redação: “ ‘Contrato de Consórcio’ significa o contrato de consórcio celebrado, em 06 de dezembro de 2001, entre a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (‘Petrobras’) e a Emissora, o qual tem por objeto a conjugação de esforços e recursos das Partes para otimizar a complementação do desenvolvimento da produção do Campo de Marlim.”



1.8 Alterar a definição do termo “Contrato de Suporte” constante do Anexo I à Escritura, que passará a vigorar com a seguinte redação: “ ‘Contrato de Suporte’ significa o contrato de suporte celebrado, em 06 de dezembro de 2001, entre a Emissora e a Petrobras.”

1.9 Em face das alterações acima, resolvem as partes consolidar a Escritura, que passa a vigorar com a redação constante do Apêndice I ao presente Aditivo.

Cláusula II. Disposições Gerais

2.1 *Ausência de Outra Alteração.* Exceto conforme alterado neste Aditivo, todos os termos e disposições da Escritura (conforme aditada em 13 de dezembro de 2001) permanecem em pleno vigor e efeito, sendo neste ato ratificados.

2.2 *Registro deste Aditivo.* O presente Aditivo será averbado junto à Escritura no competente Registro Geral de Imóveis do local em que se encontra a sede da Emissora.

2.3 *Foro.* Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 14 de janeiro de 2002.

NOVAMARLIM PETRÓLEO S.A.

Nome: _____

Cargo: _____

Nome: _____

Cargo: _____

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.



Nome: Arthur Martins de Figueiredo
Cargo: Procurador



Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

Testemunhas:



Nome: Luaneia da Cunha
RG: 59.505.949-5

Nome: _____

RG: _____

